

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1012330-75.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Alienação Judicial de Bens - Propriedade**
 Requerente: **FATIMA APARECIDA IZIDORO**
 Requerido: **ERMELINDO IZIDORO**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****Processo nº 1012330-75.2014****VISTOS**

FÁTIMA APARECIDA IZIDORO, representada por sua curadora **ANTONIA MARIA IZIDORO**, ajuizou a presente ação de **ALIENAÇÃO JUDICIAL DE COISA COMUM** em face de **ERMELINDO IZIDORO**, todos devidamente qualificados, aduzindo, em síntese, que é irmã do requerido e é proprietária de 1/7 do imóvel descrito na inicial, que mantém em condomínio com o requerido (que possui 6/7). Pretendendo ver extinto o condomínio ingressou com a presente ação.

A inicial veio instruída com documentos.

Manifestação do Ministério Público às fls. 32.

1012330-75.2014.8.26.0566 - lauda 1

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Devidamente citado, o requerido apresentou contestação às fls. 67/68 mostrando interesse na aquisição da parte da autora.

Parecer do MP concordando com a venda a fls. 122/123.

Designada perícia para avaliação do imóvel, o laudo foi juntado a fls. 179/195. As partes se mostraram concordes (fls. 203 e 205).

A fls. 213/214 o requerido depositou nos autos a quantia referente à quota parte da autora.

Parecer final do MP às fls. 222.

É o relatório.**Fundamento e decidido.**

A autora ingressou em juízo objetivando a extinção do condomínio que mantém com o requerido no imóvel de matrícula nº 64714.

O réu, concordando com o pedido, depositou em juízo o valor referente a quota parte (1/7) da autora. Tal montante foi aferido por vistor de confiança do juízo e houve concordância das partes.

O Ministério Público, que intervém no feito por ser a autora interditada, também concordou com o convencionado entre as partes.

Assim, não contestada a ação e havendo concordância têm os autores direito de ver sua situação regularizada no Registro de Imóveis.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

É o que basta para a solução da demanda.

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial para ADJUDICAR ao requerido a cota parte pertencente à autora, equivalente 1/7 do imóvel matriculado sob o número nº 64.714 no CRI local.

Transitada esta em julgado e recolhido o imposto, expeça-se carta de adjudicação.

O valor depositado nos autos deve ser transferido aos autos da interdição em favor da autora Fátima (processo nº 0002115-58.1994 – nº de ordem 342/94 – da 3ª Vara Cível local), comunicando-se o Juízo da 3ª Vara, com cópia dessa decisão.

Por ter dado causa ao ajuizamento, condeno o requerido nas custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor dado à causa.

Publique-se e intmem-se.

São Carlos, 01 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**